



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

v.4 - n.8 - Janeiro - Junho 2009

Semestral

Artigo:

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL NO PERÍODO DE 1999 - 2007

Autora:

Flávia Dalla Costa ¹

¹ Graduada em Letras com as habilitações em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e respectivas Literaturas. Especialista em Leitura, análise e produção textual. Mestranda em Educação/UNOESC.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL NO PERÍODO DE 1999 - 2007

Resumo: As políticas públicas de juventude no Brasil são um campo em constituição. Ao mesmo tempo que já há um certo acúmulo de experiências de ações destinadas aos jovens, muitos são os desafios que se apresentam, envolvendo opiniões e estratégias divergentes. Por isso, o presente artigo pretende esboçar alguns caminhos percorridos nos últimos oito anos das iniciativas focalizadas nos segmentos juvenis da sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Políticas públicas; juventude; sociedade brasileira.

Abstract: The public politics of youth in Brazil are a field in constitution. At the same time that already it has a certain accumulation of experiences of actions destined to the young, many are the challenges that it presents, involving divergent opinions and strategies. Therefore, the present article intends to sketch some ways covered in last eight years of the initiatives focused in the youthful segments of the Brazilian society.

Key Words: Public politics; youth; Brazilian society.

INTRODUÇÃO

É oportuno traçar um balanço das políticas públicas dedicadas aos jovens no Brasil. Outrossim, é necessário dirigir o olhar para o que foi feito e analisar o que já havia no governo anterior um conjunto de ações que merecem ser analisadas. Porém é necessário considerar que o Brasil também convive com mudanças decisivas nas políticas públicas de juventude que surgem de iniciativas municipais diversificadas e que poderão juntar-se para a construção de um novo paradigma em torno da questão. Orientações que completam esses caminhos poderão cooperar para o início de novas percepções em torno dos direitos da juventude. O presente artigo esboça um esforço de compreensão abrangente, de modo a estabelecer, com fundamento em uma concepção democrática de constituição da política e de uma nítida defesa dos jovens como sujeitos de direitos, os caminhos trilhados nos últimos oito anos das iniciativas evidenciadas nos segmentos juvenis da sociedade brasileira. Para tanto, analisamos com atenção as ações federais observadas no período de 1999- 2007.

APROXIMAÇÕES EM TORNO DO TEMA

Convém expor primeiramente alguns conceitos centrais de Estado e de Política Pública, com o objetivo de fixar uma compreensão comum, ainda que se trate de temas tão complexos.

Sobre o Estado, parece essencial concebê-lo como sendo a representação político-institucional por excelência das relações dominantes de uma sociedade.

Trata-se, ao mesmo tempo, de um agente de articulação e de unificação entre as nações. Ambos os aspectos, tanto a dominação como a articulação e a unificação, pressupõem a delegação dos mais altos níveis de autoridade e legitimidade ao Estado, no sentido de que este possa exercer a força necessária, seja mediante coerção, coação ou repressão, para garantir a reprodução dessa sociedade, ou seja, das relações de dominação vigentes (ABAD, 2003a, p.13).

O Estado, ao reproduzir as relações de dominação presentes na sociedade, reproduz de modo igual as tensões imanentes às contradições e aos conflitos oriundos das desigualdades, na distribuição de poder entre os atores sociais, unidos às diferenças de classe social, cultural, étnica, gênero, região.

A política constitui-se na atividade pela qual a sociedade reflexiona e questiona a validade de suas instituições, junto com as suas normas e comportamentos.

Para Abad (2003a, p.14), política, que em inglês se traduz como politics, isto é, a luta pelo poder e a busca de acordos de governabilidade, atualmente se profissionaliza por meio de técnicos, especialistas. O outro sentido de política é como programa de ação governamental, policy em inglês, cujas conotações são mais técnicas e administrativas. Podemos compreender melhor, dizendo que é o condicionamento gerado pelo político – domínio (politics) e o que expressa as relações de ação, uma política pública (policy).

Segundo Abad (2003), com base na acepção de política como policy, podemos tirar várias conclusões úteis.

- A política pública, nome mais utilizado na América Latina, representa aquilo que o governo opta por fazer ou não fazer, frente a uma situação.
- A política pública é a forma de concretizar a ação do Estado, significando, portanto, um investimento de recursos do mesmo Estado.
- Admitindo-se delegar ao Estado a autoridade para unificar e articular a sociedade, as políticas públicas passam a ser um instrumento privilegiado de dominação.
- A política pública, ao mesmo tempo que se constitui numa decisão, supõe uma certa ideologia da mudança social, esteja ela explícita ou não na sua formação.
- Essa decisão é o resultado do compromisso de uma racionalidade técnica com uma racionalidade política.

Para que haja uma política pública, faz-se necessário que uma situação estabelecida exija solução por meio de ação política, ou seja, da ação que tem como finalidade a formação de decisões coletivas que, uma vez tomadas, transformem-se em vinculadoras de toda coletividade.

Um conceito bem claro de políticas públicas é o que Eloísa de Mattos Höfling traz à tona: políticas públicas são o “Estado em ação”; é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Para a autora,

o Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais (2001, p.31).

Com esses elementos delimitados, podemos começar a expor sobre as políticas de juventude. No Brasil esta política é recente, mas nota-se na sociedade brasileira uma concordância em torno da necessidade de execução de políticas públicas destinadas à juventude. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais, pois órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas. Rua em meados da década de 1990, fez um estimulante estudo sobre as ações públicas destinadas à juventude. Diz a autora:

proponho o entendimento das políticas públicas como conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem a atividade política compreendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos (1998, p.731).

Rua ainda contrapõe à idéia de “problemas políticos” a expressão “estado de coisas”. Deste modo, somente quando atingem a situação de problemas de natureza política e ocupam a agenda pública, alguns processos de natureza social deixam o “estado de coisas”.

A autora também aponta que

para que um estado de coisas se transforme num problema político e passe a figurar como item prioritário na agenda governamental, faz-se necessário que apresente pelo menos uma das seguintes características: mobilize uma ação política de grandes ou pequenos grupos ou de atores individuais estrategicamente situados; constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe e constitua uma situação de oportunidade para atores politicamente relevantes. Essas são as condições que levam ao primeiro momento ou fase das políticas públicas: a formação de agenda (p.733).

Por sua vez, Ortiz e Salamanca, pensando numa política pública dirigida aos jovens, assinalam que,

deve satisfazer três funções básicas: identificar, priorizar e recomendar as ações e programas sociais, para satisfazer as demandas e necessidades da população jovem. Para isso, torna-se necessário desenvolver, além disso, funções de coordenação técnica e assessoria no nível executivo, como trabalhos de gestão político-programática com os diferentes setores do governo, e o monitoramento de iniciativas programáticas destinada aos jovens (2000, p.3).

Para Rua, as políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil sempre apresentaram tendência a permanecer muito mais como “estado de coisas” do que como problemas políticos que exigem respostas. Rua constata que no Brasil os jovens eram incluídos em políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias e tais políticas não eram norteadas pela idéia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações.

Esse cenário passa a se modificar no final dos anos de 1990, quando ocorre uma preocupação mais sistemática com a formulação e implantação de algumas ações específicas voltadas para a juventude. A Constituição de 1988 e, sobretudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº. 8.069), promulgado em 13 de julho de 1990, foram e ainda são importantes parâmetros para a elaboração de políticas públicas para a juventude, no Brasil. Ações públicas são notadas, algumas abrangendo parcerias com instituições da sociedade civil e as várias instâncias do Poder Executivo: federal, estadual e municipal são mobilizadas.

Porém o reconhecimento de acordos preliminares em torno de sua importância na sociedade brasileira não encobre as várias orientações e conjeturas que alimentam projetos e programas dedicados aos jovens. É também necessário observar que as decisões envolvendo a implementação de políticas são amplamente produto de conflitos sobre o destino de verbas e de bens públicos reduzidos, tomando um espectro amplo de negociações e de formação de acordos, mesmo que provisórios.

Segundo Spósito e Carrano, no caso das ações que envolvem a juventude, é preciso considerar dois aspectos importantes:

De um lado, a idéia de que qualquer ação destinada aos jovens exprime parte das representações normativas correntes sobre a idade e os atores jovens que uma determinada sociedade constrói; ou seja, as práticas exprimem uma imagem do ciclo de vida e seus sujeitos. No entanto, é preciso reconhecer – e essa é uma idéia relevante para a compreensão das políticas públicas recentes destinadas aos jovens no Brasil – que há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa corrente da idade e dos jovens, na sociedade e o próprio impacto das ações políticas. Dito de outra forma, a conformação das ações e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode, ao contrário, provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens. Assim, as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas poderiam agir, ativamente, na produção de novas representações (2003, p.18).

As representações normativas, ainda que focalizadas nos jovens, não incidem somente sobre eles, isoladamente. Elas tratam de universos relacionais: jovens e mundo

adulto, este último sinalizado pelo poder ocupado nas instituições, nas quais as possibilidades de interação, de embate e de solidariedade também se salientam. É necessário considerar que a discussão em torno das concepções acontece, ainda hoje, no espaço público, protagonizadas pelos diversos atores, tanto jovens como adultos que produzem ações nesse segmento, envolvendo nessa diversidade não somente a sociedade civil, como também a própria constituição dos aparatos do Estado.

No Brasil, até agora se nota a falta de estudos que representem as formas como foram geradas as ações públicas determinadas aos jovens no século XX, ainda que, de modo geral, sejam conhecidas algumas orientações latino-americanas.

Para Miguel Abad (2003b), a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi marcada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e pelos desafios de como facilitar-lhes a fase de transição e integração ao mundo adulto. Abad resume as contribuições de vários autores e determina quatro distintos modelos de políticas de juventude: 1) a ampliação da educação e o uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); 2) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); 3) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e 4) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000).

Nos últimos anos, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas. Os jovens ora são tematizados como problemas sociais – os problemas da violência, do consumo de drogas e do desemprego ou como setores que precisam ser objeto de atenção.

Segundo Spósito (2002), é necessário reconhecer que, historicamente e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida assinalada por certa instabilidade associada a determinados problemas sociais, contudo o modo de apreensão destes problemas também modifica. As representações correntes ora consideram as características positivas dos segmentos juvenis responsáveis por novos paradigmas sociais, ora salientam a dimensão negativa dos “problemas sociais” e do seu tempo livre. Logo, se nos anos 1960, a juventude era um “problema” na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 1970 os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase a transformando em categoria econômica (PAIS, 1993).

Por outro lado, é importante considerar o início dos anos 90, tendo como antecedente a mobilização da sociedade em torno dos direitos da infância e da adolescência,

consagrada em um novo estatuto jurídico com o ECA, os jovens passaram a ser concebidos como sujeitos de direitos. Começou a superar a concepção restrita do que é ser criança e adolescente, caminhando para uma representação que reconhece direitos e demandas políticas dos que ainda não atingiram a maioridade. A partir desta década, no conjunto de ações desenvolvidas pelo Executivo Federal,

Começa a emergir o reconhecimento de problemas que afetam os jovens: saúde, violência e desemprego. As ações iniciais, na área de saúde, tentam responder ao avanço da epidemia de AIDS, que passa a atingir a população jovem, ao crescimento do consumo de substâncias psicoativas – lícitas e ilícitas – e aos índices crescentes de gravidez precoce. De certa forma, os programas de prevenção na área de saúde do adolescente e do jovem, não obstante a diversidade e o antagonismo de algumas das perspectivas que os alicerçam, constituem um foco importante de ações. Em geral evoluem, durante a década de 1990, para uma orientação que dá lugar a uma presença um pouco mais ativa do próprio jovem, sobretudo na implementação de programas, considerado “protagonista” dessas atividades. Mesmo assim, parte das orientações decorre muito mais dos “problemas” de saúde, e suas expressões no segmento juvenil, do que das necessidades e demandas dos jovens concebidos como sujeitos integrais dessas ações (2003, p.65).

A partir de 1997, com o assassinato do índio Galdino por jovens provenientes de camadas médias da cidade de Brasília e o alto índice de mortes juvenis por homicídios, alguns programas são criados pelo Ministério da Justiça, essencialmente para os jovens. Em geral, eram projetos de diminuição e prevenção do índice de violência perante ação nos colégios ou nos bairros, abrangendo, sobretudo, os jovens residentes nas periferias das grandes cidades. Nessa época ocorreram críticas em relação ao “excesso de direitos” fixados no ECA e aos poucos “deveres” de jovens nas instituições escolares que, por sua vocação, deveriam acolher a todos, sem qualquer tipo de discriminação. No final da década, o reconhecimento do desemprego e a acentuação dos processos de exclusão provocam o surgimento de um novo tipo de ação – os programas de inclusão que estabelecem os jovens pobres como um de seus focos, em uma crise da ação do Estado com o predomínio das políticas neoliberais.

PROGRAMAS FEDERAIS DESTINADOS À JUVENTUDE NO BRASIL: DE 1999 A 2007

Mesmo que não possamos falar de políticas estratégicas da esfera federal destinadas aos jovens brasileiros, algumas propostas foram executadas, sobretudo com base na idéia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingem a juventude, transformada, em algumas situações, num problema para a sociedade. É preciso evidenciar a diversidade de programas em 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso,

quando existiam 33 programas federais destinados aos jovens. A identificação dos referidos 33 programas é acompanhada também da constatação de que os mesmos não possuem uma totalidade orgânica naquilo que se refere à sua focalização no segmento jovem. Na análise do público a que se destinam, podemos constatar que há focos fortes, médios ou de fraca intensidade, sendo distribuídos da seguinte maneira: a) o foco dirige-se a adolescentes e/ ou jovens (18 programas ou projetos); b) o foco é difuso entre crianças e adolescentes ou jovens e adultos (10 programas); e c) o foco destina-se à população jovem apenas de modo incidental (5 programas). Grande parte das propostas foram efetuadas sob a forma de transferência de recursos ao executivo municipal ou estadual, ONGs ou fundações empresariais. Contudo o traço comum dessas ações mostrou, sobretudo, a ausência de uma proposta clara do governo federal para a população juvenil do país e seu lugar no modelo de desenvolvimento pretendido.

Para Rua, há cinco regularidades no modo de execução das políticas públicas no Brasil: fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, ações a partir da oferta e não da demanda e, finalmente, a existência de uma clara clivagem entre a formulação/ decisão e a implantação (1998, p.66).

O número de programas acima citados permite concluir sobre a falta de consenso, no âmbito federal, sobre a necessidade da definição de políticas específicas e coordenadas para a juventude.

A seguir será feita uma breve exposição a respeito dos programas / projetos federais dos anos de 1999 a 2007 e cujo foco do direcionamento das ações para adolescentes e/ ou jovens pode ser considerado forte.

Todos os programas e projetos que serão apresentados foram pesquisados nos sites que se encontram nas referências.

Programas / Projetos Federais de 1999 a 2002: Governo Fernando Henrique Cardoso

Programa de Estudantes em Convênios de Graduação (PEC-G)

O Programa era destinado a cidadãos estrangeiros entre 18 e 25 anos de idade, com Ensino Médio completo, principalmente os que faziam parte de programas de desenvolvimento socioeconômico acordados pelo Brasil por via diplomática. Estes programas definiam o compromisso do estudante de regressar para o seu país e contribuir com a área na qual se graduou. Era desenvolvido em parceria com o Ministério das Relações Exteriores.

Projeto Escola Jovem

O Projeto foi iniciado em março de 2001, estabelecendo como um de seus desafios a construção de uma escola para jovens e para jovens adultos, que mantivesse sua identidade com os jovens e superasse os baixos rendimentos escolares. O Projeto foi subdividido em dois subprogramas: 1) projetos de investimentos nas unidades da federação que destinavam recursos financeiros aos Estados para a implementação da reforma, a melhoria da qualidade e a expansão da oferta de ensino médio e a realização de projetos juvenis; 2) políticas e programas nacionais com o objetivo de fomentar e apoiar a implementação da reforma do Ensino Médio nos Estados e no Distrito Federal.

O Governo Federal pouco contribuiu com o orçamento global desse Projeto, pois o mesmo era parcialmente financiado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e pelos Estados da Federação.

Jogos da Juventude

Este Programa foi criado em 1995, depois sofreu uma interrupção e foi retomado em 2001. Visava à promoção da prática de atividades esportivas entre os jovens e tinha como objetivo descobrir novos talentos para o desporto nacional. Os campeões dos jogos estaduais faziam parte das equipes dos jogos nacionais.

Olimpíadas Colegiais

Criado no início de 2000, teve como público-alvo adolescentes de 12 a 14 anos e jovens de 15 a 17 anos. Seus objetivos foram o fomento do desporto escolar, o intercâmbio sociodesportivo no país e o desenvolvimento do potencial esportivo brasileiro. As Olimpíadas Colegiais eram apresentadas com ação conjunta do Ministério do Esporte e Turismo com o Ministério da Educação e o Comitê Olímpico Brasileiro. Neste caso, a juventude não se apresentava como uma categoria central da organização e do desenvolvimento da pesquisa.

Projeto Navegar

O Projeto iniciou em 1999 e era destinado a adolescentes de 12 a 15 anos residentes em comunidades ribeirinhas, lacustres e costeiras. Seu objetivo principal era difundir e democratizar o acesso a esportes náuticos, priorizando os adolescentes residentes em áreas de risco social e matriculados na rede pública de ensino.

Promoção de Direitos de Mulheres Jovens Vulneráveis ao Abuso Sexual e à Exploração Sexual e Comercial no Brasil

Esta ação criada em 1999 integrava o Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e tinha como objetivo promover os direitos das jovens, visando a eliminar a violência cometida contra elas. O público atendido eram as jovens brasileiras violentadas sexualmente nos primeiros anos de vida e as meninas que trocam “favores” sexuais pela própria sobrevivência.

Programa de Saúde do Adolescente e do Jovem

Em 1999, foi criada a Área de Saúde do Adolescente e do Jovem (ASAJ) no âmbito da Secretaria de Políticas de Saúde. Essa área tornou-se responsável pela articulação dos vários projetos e programas do Ministério da Saúde que lidavam com questões relacionadas à adolescência e à juventude. Era destinada às pessoas de 10 a 24 anos. Esse Programa teve pouca participação dos jovens no planejamento, na implementação e na avaliação das atividades oriundas de políticas públicas.

Jovem Empreendedor

Este Programa foi criado no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, destinado à capacitação profissional e posterior financiamento de jovens de nível técnico, em fase de conclusão de curso ou recém-formados, com idade entre 18 e 29 anos, interessados em possuir e dirigir seu próprio negócio. Este Programa teve um desempenho nulo, porque não houve a execução financeira prevista, muito menos a realização de metas físicas que lhe dispensassem recursos. O público-alvo do Programa Jovem Empreendedor foi abrangido pelo Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), apesar de este não promover nenhuma focalização especial para os jovens.

Programa Brasil Jovem

O Ministério da Assistência e Previdência Social, em 2001, criou o Programa Brasil Jovem, compreendendo ações de implantação dos Centros da Juventude e a capacitação de jovens como Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, mediante a concessão de bolsa. As ações deste Programa voltaram-se para os jovens entre 14 e 25 anos em “condições de vulnerabilidade social”. Esse Programa foi implantado nos municípios que possuíam alto índice de jovens de famílias de baixa renda; alto índice de doenças sexualmente

transmissíveis e AIDS entre os jovens; exposição dos jovens ao uso e ao comércio de drogas; alto índice de mortalidade juvenil; exploração sexual de meninas e jovens; alto índice de gravidez na adolescência; taxa elevada de desocupação juvenil, como jovens fora da escola e de qualquer forma de trabalho; taxa de analfabetismo e baixo índice de escolaridade.

Centros de Juventude

Os Centros de Juventude criados em 1997, deveriam funcionar como pólos de distribuição de informações sobre programas, projetos e serviços nas áreas de saúde, educação, cultura, capacitação para o trabalho, esporte, proteção, justiça e assistência social. Tinham como objetivo estabelecer conexões entre a oferta e a demanda desses serviços, apoiando a juventude local na busca de soluções para os seus problemas.

Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

Este Programa era destinado aos jovens alfabetizados e carentes vivendo em famílias cuja renda per capita não ultrapassasse a meio salário mínimo. Os municípios habilitados a fazer parte do Programa deveriam ser capitais dos Estados e possuir menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em relação à média regional. O Programa objetivava preparar o jovem para a atuação intergerencial, procurando capacitá-lo para o mercado de trabalho e para atuar em suas comunidades na área da saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte e turismo. O início do Programa não contou com destinação orçamentária própria, contudo as parcerias realizadas entre a Secretaria Especial de Assistência Social com Estados, municípios, organizações não-governamentais e com o empresariado teriam garantido o êxito do Programa e superado as expectativas de seus formuladores.

Prêmio Jovem Cientista do Futuro

Criado em 1999, destinava-se exclusivamente a alunos do Ensino Médio. Foi concebido nos moldes do Prêmio Jovem Cientista (criado em 1981), apresentava a pesquisa como uma fonte de aprendizagem e produção de conhecimento. Tinha como objetivo despertar o interesse dos /as jovens na carreira científica e tecnológica.

Rede Jovem

Este Projeto foi uma iniciativa do Conselho da Comunidade Solidária e do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de integrar os jovens especialmente

aqueles em situação de risco social, por meio da informática e da internet, valorizando e fortalecendo suas formas de expressão, criatividade e participação na sociedade.

Programa Brasil em Ação/ Grupo Juventude

Criado em 2000, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, também chamado Grupo Juventude, foi um programa-piloto de coordenação de grupo de programas de atendimento à juventude (jovens na faixa etária de 15 a 29 anos), abrangendo seis ministérios, 11 programas e suas intenções com governos estaduais.

Através da análise do conjunto de programas e projetos classificados pela sua maior ou menor intensidade de foco na juventude, percebemos que as ações são desarticuladas e a superposição de projetos com objetivos, clientela e área geográfica de atuação comuns, exprimem a frágil institucionalidade das políticas federais de juventude. As diferenças de concepções, longe de significarem a pluralidade dos que dialogam, revelam a incomunicabilidade no interior da máquina administrativa. Alguns ministérios se dedicam à assistência, alguns pretendem a inclusão dos “jovens carentes” e outros tentam implementar medidas saneadoras para evitar a violência. Alguns projetos e programas pautavam suas ações pela defesa da promoção da cidadania e outros assumiram o fetiche da capacitação do jovem para um mercado de trabalho de poucas oportunidades. O acesso à informação apresentou-se como uma panacéia capaz de superar o isolamento sociocultural dos jovens, tanto aqueles das periferias das grandes cidades quanto os do interior.

A busca por criar programas para jovens considerados carentes ou em situação de risco social, com delimitação geográfica em municípios com baixo IDH, mostrou políticas de focalização no combate à pobreza que prevaleceram nos governos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

É possível afirmar que a herança deixada pelo presidente Fernando Henrique para o presidente Lula incide mais sobre projetos e programas isolados, sem avaliação, configurando a inexistência de um desenho institucional que, no mínimo, garanta algum tipo de unidade que nos conceda dizer que andamos na direção da consolidação de políticas e formas democráticas de gestão.

Programas de Projetos Federais de 2003 a 2007: Governo Luís Inácio Lula da Silva

O Governo Lula, empossado em janeiro de 2003 e reeleito em 2006, herdou alguns desafios importantes. Não só necessita auxiliar efetivamente a construção de um modo diverso de compreensão dos jovens na sociedade brasileira, a ser expresso tanto sob a forma

de políticas públicas democráticas que reconheçam o não-cumprimento de direitos historicamente negados; educação, saúde e trabalho, bem como ser capaz de abrir para outras modalidades de ação que contemplem novos direitos da juventude.

Segundo dados do Portal do Governo Brasileiro, as políticas públicas para a juventude ganharam destaque na agenda política nacional. Desde 2005, o Governo Federal já investiu mais de R\$ 1 bilhão em programas voltados para esse segmento social. São mais de 800 mil jovens para quem estão sendo geradas oportunidades e direitos para ajudá-los no resgate e construção de uma vida cidadã. Pela primeira vez na história, o Estado cria políticas específicas para a juventude, reconhecendo os aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Segundo dados do IBGE, são 50,5 milhões de brasileiros com idade entre 15 e 29 anos. Devido ao atual quadro demográfico, esse segmento significará daqui a alguns anos cerca de 40% da população entre 30 e 60 anos de idade. São jovens a caminho da maturidade e de se tornarem a principal força produtiva do país

Na busca pela inovação na concepção de políticas públicas que considerassem as singularidades do segmento, o Governo Federal instituiu em 2004 um grupo interministerial para levantar os principais programas federais para os jovens, desenvolvendo novas ações e consolidando práticas que garantam direitos e oportunidades. O resultado imediato desse trabalho foi a definição da Política Nacional de Juventude. Um ano depois foram criados a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o ProJovem. O momento revelou a prioridade do governo dada à juventude. Entender as singularidades e apostar no jovem é investir no Brasil. A consolidação dessa política só foi possível devido ao apoio dos gestores estaduais, municipais e sociedade civil. Para resgatarmos essa dívida do Estado com os jovens brasileiros é preciso ter espaços institucionais de juventude, secretarias ou assessorias responsáveis pela articulação integrada de programas nas diversas áreas do governo. A constituição de espaços de diálogo entre a sociedade civil e governo, como os Conselhos de Juventude, cumpre o papel fundamental para a consolidação do tema como política de Estado.

A seguir apresentamos os principais programas do Governo Federal para a juventude:

Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

Ação de assistência social destinada a jovens de 15 a 17 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, egressos ou que estejam cumprindo medida socioeducativa ou ainda oriundos de programas de atendimento à exploração

comercial. Visa ao desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Proporciona capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, porém que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, aprendizagem e formação cidadã, preparando-o para futuras inserções no mercado de trabalho. O Projeto Agente Jovem funciona da seguinte maneira: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) responsabiliza-se pelo treinamento nas áreas de saúde, cidadania e meio ambiente, financiando 300 horas-aula com capacitadores e orientadores sociais. O Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) concede, também, diretamente ao jovem, uma bolsa no valor de R\$65,00, durante os doze meses em que estiver inserido no programa e atuando em sua comunidade.

Programa Bolsa - Atleta

O Programa Bolsa-Atleta, criado com o objetivo de garantir uma manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio, busca dar condições para que os mesmos se dediquem ao treinamento esportivo e participem em competições, visando ao desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva. Este Programa envolve algumas categorias, como: categoria estudantil; categoria nacional; categoria internacional e categoria olímpica e para olímpica.

Programa Brasil Alfabetizado

O Programa Brasil Alfabetizado é voltado para aumentar a escolarização de jovens e adultos. É um Programa de parcerias que depende do compromisso e do envolvimento de diversos parceiros, como os governos locais e outras entidades como Sesi, Rotary Club e CUT. As empresas estatais têm apoiado principalmente na confecção de material de leitura, específico para o público-alvo: jovens e adultos. A participação das empresas é muito importante, porque mostra o lado da responsabilidade social das instituições, bem como mostra que a necessidade de educação e alfabetização é intersetorial. Em 2005, no Estado do Ceará, mais de 200 mil jovens e adultos estiveram em salas de aula. Em 2006, o Programa beneficiou 2 milhões de jovens e adultos e até o final de 2007, pretende atender mais de 7 milhões.

Programa Escola Aberta

O Programa Escola Aberta, criado em 2004, a partir de um acordo de cooperação entre o Ministério da Educação e a Unesco, tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da educação, a inclusão social e a construção de uma cultura de paz, por meio da

ampliação das relações entre escola e comunidade e do aumento das oportunidades de acesso à formação para a cidadania, de maneira a reduzir a violência na comunidade escolar.

Visa a proporcionar aos estudantes da educação básica das escolas públicas e às comunidades espaços alternativos, nos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania e ações educativas.

O Programa promove, em parceria com 82 Secretarias de Educação Municipais, seis Estaduais e com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, a abertura de escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio localizadas em regiões urbanas de risco e vulnerabilidade social, aos finais de semana, para toda a comunidade.

Atualmente, estão em funcionamento escolas abertas em 22 Estados, nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Vitória e do Distrito Federal, e nas capitais Alagoas (Maceió), Amazonas (Manaus), Ceará (Fortaleza, além do município de Maracanaú), Goiás (Goiânia), Maranhão (São Luís), Mato Grosso do Sul (Campo Grande), Pará (Belém), Paraíba (João Pessoa), Piauí (Teresina), Rio Grande do Norte (Natal), Rondônia (Porto Velho), Roraima (Boa Vista), Santa Catarina (Florianópolis), Sergipe (Aracaju) e Tocantins (Palmas). O Programa alcança atualmente, por mês, cerca de 2 milhões de pessoas das comunidades escolares em todas as regiões.

As oficinas oferecidas no “Escola Aberta” são frutos do levantamento dos interesses da comunidade e da valorização dos talentos locais, e também são devidas ao oferecimento de oficinas fomentadas pela coordenação nacional que atende a formação da cidadania e a diversidade. As oficinas contemplam as áreas de educação, cultura e arte, esporte e lazer, saúde, informática e trabalho e têm como objetivos a informação, a cidadania, a recreação, o entretenimento ou a formação inicial para o trabalho.

Programa Escola de Fábrica

O Programa lançado em 26 de outubro de 2004, em Brasília, tem como objetivo a formação profissional de jovens de baixa renda, de 15 a 17 anos, nas próprias empresas. A meta era abrir 500 escolas em fábricas, empresas e unidades produtivas de todo o país, com mais de 300 funcionários, e formar, no mínimo, dez mil alunos por ano.

A Escola de Fábrica visa a expandir a oferta de vagas na formação profissional, envolvendo organizações empresariais na preparação de recursos humanos para o exercício de uma profissão.

As instituições selecionadas recebem recursos do MEC para organizar a implantação das escolas nas fábricas com a orientação técnico-pedagógica demandada. As instituições, denominadas gestoras, identificam as necessidades de qualificação das empresas e elaboram o projeto pedagógico para cada unidade. A certificação dos cursos é feita pelas instituições federais de educação profissional e tecnológica, quando a entidade gestora não atende os pré-requisitos para a certificação. O Ministério da Educação atua como supervisor de todo o processo.

As empresas, além de promoverem gestão com responsabilidade social, liberam espaço, mobiliário, instrutores, alimentação, uniforme, transporte, bolsas de estudo de meio salário mínimo para os estudantes, material didático e seguro de vida em grupo. Ainda arcam com os custos do processo de seleção e ensino. Os alunos beneficiários do Programa são jovens de 15 a 17 anos, de famílias de baixa renda, com as seguintes características: ser aluno de curso regular da rede pública; estar concluindo o Ensino Fundamental, ou cursando o Ensino

Este Programa tem por objetivos melhorar a qualidade e a eficiência do Ensino Médio, expandir sua cobertura e garantir maior equidade social. Para isso, tem como metas apoiar e implementar a reforma curricular e estrutural, assegurando a formação continuada de docentes e gestores de escolas deste nível de ensino; equipar, progressivamente, as escolas de Ensino Médio com bibliotecas, laboratórios de informática e ciências e equipamentos para a recepção da TV Escola; implementar estratégias alternativas de atendimento; criar 1,6 milhões de novas vagas ; e melhorar os processos de gestão dos sistemas educacionais dos Estados e do Distrito Federal.

Com um orçamento de U\$ 220 milhões, dos quais 50% são provenientes de contrato de empréstimo firmado entre o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a outra metade, de contrapartida nacional – sendo U\$ 39, 3 milhões do Tesouro Nacional e U\$ 70,7 milhões dos Estados, o Promed tem por objetivos melhorar a qualidade e a eficiência do Ensino Médio, expandir sua cobertura e garantir maior equidade social. O acordo entre o MEC e o BID terminou em janeiro de 2007, e agora o Programa está em fase de finalização e avaliação. O MEC já acertou com o BID o Promed II, que iniciou no segundo semestre deste ano.

O Promed está estruturado em dois subprogramas. O subprograma de projetos de Investimento das Unidades Federadas (subprograma A) tem por objetivo assegurar aos Estados e ao Distrito Federal recursos para implantação da reforma, melhoria da qualidade e expansão da oferta de Ensino Médio em suas redes públicas. Para tanto, foi elaborado pelos

Estados e pelo Distrito Federal um plano contendo um diagnóstico sobre a situação do Ensino Médio em seus territórios e, especialmente, nas redes estaduais de ensino e as suas políticas e estratégias de curto e de médio prazo.

O subprograma A é composto de oito eixos: desenvolvimento curricular; racionalização e expansão da rede escolar; valorização dos profissionais da educação; projetos juvenis; descentralização a autonomia da escola; implementação de redes alternativas de atendimento; fortalecimento institucional das Secretarias Estaduais de Educação; e plano de disseminação e difusão.

Por outro lado, o subprograma de Políticas e Programas Nacionais (subprograma B) destina-se a garantir à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) o desempenho de seu papel de impulsionadora e coordenadora nacional da reforma do Ensino Médio, contribuindo de modo efetivo e eficaz para a implementação das políticas de melhoria e expansão do atendimento, no conjunto do país.

O subprograma B está organizado em quatro componentes: formulação de políticas para o Ensino Médio; operacionalização de políticas; monitoramento e avaliação das políticas e do programa; e comunicação social. A formulação de políticas envolve ações voltadas para a gestão escolar e de sistemas, desenvolvimento curricular, formas alternativas de atendimento, formação inicial e continuada de professores e gestores, novas tecnologias educacionais, elaboração de Ensino Médio regular a distância etc.

Para participar do Promed, o Estado ou o Distrito Federal deve apresentar seu projeto de investimento e cumprir os critérios de elegibilidade estabelecidos pelo Programa, que consistem na apresentação de práticas ou de um plano de reordenamento do uso da rede estadual que contemple a identidade da escola de Ensino Médio “de e para” jovens e de correção de fluxos no Ensino Fundamental (especialmente de 5ª a 8ª série). A UF deve, ainda, demonstrar a evidência de sustentabilidade financeira para gastos recorrentes e incrementais e dispor de unidades de gerenciamento do Ensino Médio no âmbito da Secretaria de Educação.

Programa Juventude e Meio Ambiente

Visando a dar prosseguimento às ações de mobilização, atuação e formação de jovens organizados nos chamados “Conselhos Jovens de Meio Ambiente”, formados a partir do processo de organização da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, em 2003, o Governo Federal, através dos Ministérios da Educação, do Meio Ambiente e da

Secretaria Nacional de Juventude estão realizando e coordenando o Programa Juventude e Meio Ambiente.

Este Programa objetiva fortalecer esse processo, confirmando o compromisso do Governo Federal com a inclusão social, valorização e respeito à cidadania e à diversidade, e a responsabilidade com a melhoria da qualidade de vida em direção à sustentabilidade socioambiental, como pressupostos de um novo ciclo de desenvolvimento para o país, especialmente no que diz respeito à participação da juventude neste processo.

Podem participar deste Programa jovens com idade entre 15 e 29 anos, participantes de Coletivos Jovens de Meio Ambiente e de organizações de juventude com atuação na temática socioambiental. Esta ação encontra-se inserida no contexto da Política Nacional de Juventude, alicerçada na criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude e no lançamento do Pró-Jovem, fortalecendo o compromisso com ações específicas de, para e com estes sujeitos sociais.

O Programa Juventude e Meio Ambiente propõe-se a incentivar e a aprofundar o debate socioambiental com foco em políticas públicas, deflagrando um processo de formação destes sujeitos e de fortalecimento dos espaços e coletivos de organização e atuação deste público.

Neste Programa são trabalhados cinco eixos: educação ambiental; fortalecimento organizacional; educomunicação; empreendedorismo; e participação política. Partindo da realidade local, os jovens são estimulados a formar comunidades de aprendizagem nos próprios coletivos em que atuam e têm a oportunidade de vivenciar modalidades presenciais e a distância em que são acompanhados por formadores em cada um dos eixos temáticos. Espera-se com essa formação que os jovens sejam agentes editores com habilidades para transformarem conceitos e experiências para as necessidades locais.

Programa Cultura Viva

Este Programa criado pelo Ministério da Cultura (MinC), assume a cultura, a educação e a cidadania, enquanto incentiva, preserva e promove a diversidade cultural brasileira. Por meio da Secretaria de Programas e Projetos Culturais, o MinC iniciou, em 2004, a implantação dos Pontos de Cultura, com a missão de desesconder o Brasil, reconhecer e reverenciar a cultura viva de seu povo.

O Programa Cultura Viva contempla iniciativas culturais que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura, cidadania e economia solidária. Essas organizações são selecionadas por meio de edital público e passam a receber recursos do

Governo Federal para potencializarem seus trabalhos, seja na compra de instrumentos, figurinos, equipamentos multimídias, seja na contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos e eventos culturais, entre outros.

A parceria entre Estado e sociedade civil é o Ponto de Cultura, que recebe a quantia de R\$ 185 mil reais, divididos em cinco parcelas semestrais. Atualmente, há mais de 650 Pontos de Cultura espalhados em todo o território brasileiro. Esses Pontos de Cultura foram selecionados por meio de editais - desde 2004 já foram publicados quatro - e por meio das Redes de pontos de Cultura. Ao lado dos Pontos de Cultura, o Programa Cultura Viva integra outras quatro ações: Cultura Digital, Agente Cultura Viva, Griô e Escola Viva.

Programa Saberes da Terra

Este Programa foi lançado em 26 de abril de 2006, pelo Ministério da Educação e objetiva estimular o acesso e a permanência na escola do jovem do campo e melhorar o nível de escolaridade desses alunos por meio da qualificação profissional.

Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - PNPE

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) é um compromisso do Governo Federal com a sociedade brasileira para o combate à pobreza e à exclusão social, integrando as políticas públicas de emprego e renda a uma política de investimentos públicos e privados geradora de mais e melhores empregos. O objetivo do PNPE é contribuir para a geração de oportunidades de trabalho decente para a juventude brasileira, mobilizando o governo e a sociedade para a construção conjunta de uma Política Nacional de Trabalho Decente para a juventude.

Programa Universidade para Todos – ProUni

O Programa Universidade para Todos é um programa governamental destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

Este Programa foi instituído em setembro de 2004 por MP (Medida Provisória) e teve sua regulamentação publicada no Diário Oficial da União no dia 18 de outubro do mesmo ano. Foram reguladas, pelo ProUni, as isenções fiscais constitucionais concedidas às instituições privadas de Ensino Superior, garantindo acesso ao nível superior a mais de 300 mil jovens. De 1988 a 2004, as instituições de Ensino superior sem fins lucrativos, que respondem por 85% das matrículas do setor privado, amparadas pelos artigos

150, inciso VI, alínea C, e 195§ 7º, da Constituição Federal, gozaram de isenções fiscais sem nenhuma regulação do Poder Público, ou seja, sem nenhuma contrapartida. Até 2004, as instituições sem fins lucrativos concediam bolsas de estudos, porém eram elas que definiam os beneficiários, os cursos, o número de bolsas e os descontos concedidos.

Por outro lado, segundo Fernando Haddad

O PROUNI estabelece que as instituições beneficiadas por isenções fiscais passem a conceder bolsas de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção. Ficou estabelecido que só haveria dois tipos de bolsas – integral ou parcial de 50% - e que os beneficiários fossem selecionados pelo ENEM. A concessão da bolsa teria como único critério o mérito. Além disso, foi definido o perfil socioeconômico dos bolsistas: egressos de escola pública com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio para bolsa integral e de até três salários mínimos para bolsa parcial de 50%.

Nos três primeiros anos do programa foram concedidas aproximadamente 300 mil bolsas, 40% delas a afrodescendentes e indígenas, inclusive nos cursos de alta demanda, como medicina, direito, engenharia, odontologia etc. . Cerca de 60 mil bolsistas freqüentam cursos de licenciatura, nas diversas áreas. Professores em serviço da educação básica pública têm acesso privilegiado ao programa. Por sua condição, estão dispensados de preencher os requisitos socioeconômicos definidos para os demais bolsistas – um claro exemplo de uma política de acesso ao ensino superior com reflexos positivos na formação de professores para a educação básica. A nota mínima no ENEM para obtenção da bolsa foi fixada em 45 pontos, mas a nota média dos beneficiados atingiu marca superior a 60 pontos e se manteve sempre superior à pontuação obtida pelos alunos egressos de escolas privadas. Bolsistas matriculados em curso de turno integral fazem jus à bolsa–permanência, já que não podem trabalhar enquanto estudam (2007, p.14)

Programa Nossa Primeira Terra

Este Programa é destinado a viabilizar o acesso à terra de jovens do meio rural e apoiar seus projetos comunitários. Além disso, o Programa contribuirá para:

- a fixação de mão-de-obra qualificada no meio rural;
- a ampliação da oferta de serviços de assistência técnica para a agricultura familiar;
- a criação ou ampliação de redes de agricultores experimentadores ou de programas do tipo “de agricultores para agricultores”;
- a ampliação das oportunidades de acesso à inovação tecnológica na agricultura familiar;

O Nossa Primeira Terra tem como público-alvo os jovens agricultores entre 18 e 28 anos, os jovens rurais sem terra ou com pouca terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas etc.); jovens filhos de agricultores familiares; jovens oriundos de

escolas agrotécnicas, escolas familiares rurais, casas familiares e casas por alternância e outras.

O principal objetivo deste Programa é constituir um importante mecanismo de acesso à terra, que contribua para a ampliação e consolidação da agricultura familiar. O Programa busca como resultado direto a criação de ocupações produtivas permanentes para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a conseqüente melhoria das condições de vida da população brasileira.

Todos os investimentos são gerenciados pelas próprias comunidades, e tanto podem servir para compra de terras como para o aumento da produção ou, ainda, para projetos que visem à melhoria da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento local sustentável.

Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA

O Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006 institui o PROEJA, que abrange os seguintes cursos e programas de educação profissional:

- formação inicial e continuada de trabalhadores, e
- educação profissional técnica de nível médio.

Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores; e o Ensino Médio, de forma integrada ou concomitante.

O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”).

Os cursos e programas do PROEJA deverão ser oferecidos, em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais.

A rede de instituições federais de educação profissional compreende a Universidade Federal Tecnológica do Paraná, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais, as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II, sem prejuízos de outras instituições que venham a ser criadas.

As instituições federais de educação profissional devem implantar cursos e programas regulares do PROEJA até o ano de 2007. Os cursos do PROEJA destinados à

formação inicial e continuada dos trabalhadores, deverão contar com carga horária mínima de mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

- a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para formação geral; e
- a destinação de, no mínimo, duzentas horas para a formação profissional.

Os cursos de educação profissional técnica de nível médio do PROEJA deverão contar com carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente:

- a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral;
- a carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica; e
- a observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional técnica de nível médio, para o Ensino Fundamental, para o Ensino Médio e para a Educação de Jovens e Adultos.

As instituições de ensino ofertantes de cursos e programas do PROEJA serão responsáveis pela estruturação dos cursos oferecidos e pela expedição de certificados e diplomas. O aluno que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no curso de educação profissional técnica de nível médio, no âmbito do PROEJA, fará jus à obtenção do correspondente diploma, com validade nacional, tanto para fins de habilitação da respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do Ensino Médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

O acompanhamento e o controle social da implementação nacional do PROEJA são exercidos por comitê nacional, com função consultiva. A composição, as atribuições e o regimento do comitê serão definidos conjuntamente pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem é componente estratégico da Política Nacional de Juventude, do Governo Federal. Foi lançado em fevereiro de 2005, e está implantado em todas as capitais e no Distrito Federal, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Seus destinatários são jovens de 18 a 24 anos de idade que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do Ensino Fundamental e que não têm emprego com carteira profissional assinada. Aos participantes, o ProJovem oferece oportunidades de elevação da escolaridade; de qualificação profissional; e de planejamento e execução de ações comunitárias de interesse público. Por meio do curso, proporciona formação integral com carga horária de 1.600 horas (1.200h presenciais e 400h não-presenciais) desenvolvidas em 12 meses consecutivos e inclui disciplinas do Ensino Fundamental, aulas de inglês, de informática, aprendizado de uma profissão e atividades sociais e comunitárias de forma integrada. Cada aluno, como forma de incentivo, recebe um auxílio de R\$100,00 (cem reais) por mês, desde que tenha 75% de frequência nas aulas e cumpra com as atividades programadas.

O ProJovem obteve parecer favorável da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, como um curso experimental, com base no artigo 81, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dessa forma, a certificação de conclusão do Ensino Fundamental, como da qualificação profissional (formação inicial), fica viabilizada. As profissões oferecidas foram escolhidas pelas prefeituras, conforme a necessidade do mercado local – são quatro em cada capital, definidas a partir de um elenco de 23 áreas profissionais proposto pelo Governo Federal.

O objetivo do Programa é promover a inserção dos jovens no processo de participação social e valorizar o protagonismo juvenil. Pode incluir a prestação de serviços à comunidade, o desenvolvimento de campanhas comunitárias, vacinação, mobilização social etc. A implantação do ProJovem é um desafio em nome do compromisso de luta contra as desigualdades e a exclusão social e com a confiança depositada na força e potencialidade da juventude brasileira

Programa Soldado Cidadão

É um Programa que cria mecanismos de formação e capacitação para os jovens. Foi criado em 25 de setembro de 2007. Iniciativa do Ministério de Emprego e Formação Profissional em parceria com o Ministério da Defesa Nacional, o Programa Soldado Cidadão é concebido para concretizar políticas ativas de emprego, garantindo, nomeadamente, aos jovens que se encontram em regime de prestação de serviço militar, poderem ter acesso à formação profissional.

.Este Programa vai passar a ter, em cada recrutamento de mancebos que integram as fileiras das Forças Armadas, a possibilidade de grande parte deles saírem com um

instrumento efetivo que lhes permita enfrentar o mercado de trabalho e garantir as condições de empregabilidade. Trata-se de uma medida importante, porque irá garantir melhoria de acesso ao emprego a um conjunto de jovens e, ao mesmo tempo, criar as condições de formação ética, cívica, bem como de formação profissional, possibilitando-lhes saírem das Forças Armadas, uma vez cumpridas as suas obrigações militares, nos termos constitucionais, com perspectivas de emprego reforçadas.

Projeto Rondon

O Projeto Rondon é um projeto de integração social coordenado pelo Ministério da Defesa e conta com a colaboração da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – MEC. O Projeto envolve atividades voluntárias de universitários e busca aproximar esses estudantes da realidade do país, além de contribuir, também, para o desenvolvimento de comunidades carentes.

O Projeto empenha-se em desenvolver a capacitação de organizações da sociedade civil na defesa dos direitos de cidadania, como também a capacitação de educadores do Ensino Fundamental para a prática de leitura. A produção de textos e atendimento a portadores de necessidades educativas especiais e a organização de implantação de atividades comunitárias solidárias também são destaques do Projeto. Os voluntários preocupam-se, ainda, em orientar o desenvolvimento da agricultura familiar, bem como colaborar na elaboração de projetos que atendam à infra-estrutura municipal em particular nas áreas de saneamento básico e de meio ambiente.

Desde sua criação, em 11 de julho de 1967, o Projeto realizou várias atividades de cidadania, bem-estar, desenvolvimento local sustentável e gestão pública. Com isso, houve o aumento da área de atuação e muitas comunidades foram beneficiadas com os serviços sociais. Amazonas, São Paulo e Paraná estão entre os Estados beneficiados.

Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio - PNLEM

Implantado em 2004, o PNLEM prevê a distribuição de livros didáticos para os alunos do Ensino Médio público de todo o país. Inicialmente, o Programa atendeu, de forma experimental, 1,3 milhões de alunos da primeira série do Ensino Médio de 5.392 escolas das regiões Norte e Nordeste que receberam, até o início de 2005, 2,7 milhões de livros das disciplinas de Português e de Matemática. A Resolução nº. 38 do FNDE, que criou o Programa, define o atendimento, de forma progressiva, aos alunos das três séries do Ensino Médio de todo o Brasil.

O Programa universalizou a distribuição de livros didáticos de Português e Matemática para o Ensino Médio em 2006. Assim, 7,01 milhões de alunos das três séries do Ensino Médio de 13, 2 mil escolas do país foram beneficiados no início de 2006, com exceção das escolas e dos alunos dos Estados de Minas Gerais e do Paraná que desenvolveram programas próprios. Também em 2006 foram distribuídos mais de 26.268 conjuntos de livros para professores de Língua Espanhola. Os professores, as escolas e as secretarias estaduais receberam kits contendo dois dicionários: um monolíngüe e um bilíngüe, uma gramática e um livro do professor.

Em 2007, pela primeira vez, foram distribuídos os livros de Biologia a todos alunos e professores do Ensino Médio das escolas públicas de todo o Brasil, exceto as escolas estaduais de Minas Gerais. Foram também repostos os livros de Português e Matemática. O PNLEM/2007 distribuiu 9,1 milhões de exemplares, beneficiando 6,9 milhões de alunos em 15, 2 mil escolas.

Em continuidade à universalização progressiva do Programa Nacional de Livro Didático para o Ensino Médio, em 2008, serão distribuídos 7,2 milhões de livros de História e igual quantidade de livros de Química a todos os alunos e professores do Ensino Médio. E haverá ainda a reposição dos livros de Português, Matemática e Biologia envolvendo a distribuição de 2,3 milhões de livros.

A escolha do livro didático deve ser feita pela internet e todas as escolas beneficiadas estão cadastradas no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/ MEC).

Programa Pronaf Jovem

Um dos objetivos da linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar específica para os jovens agricultores, o Pronaf Jovem, é estimular a formação da juventude rural. A idéia da linha é estimular que essa juventude venha buscar, para acessar o crédito, mais formação, alguma capacitação, e que quando terminar essa capacitação, ela esteja estimulada e já sabendo o que vai fazer com o dinheiro.

O Programa exige apresentação da Declaração de Aptidão do Pronaf- DAP- vinculada à DAP da família, uma proposta de investimento para o crédito e que o jovem tenha passado por uma qualificação, que pode ser em escolas técnicas agrícolas, centros familiares de formação ou por uma carga horária de 100 horas em instituições, como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, ou que trabalhe com juventude há pelo menos um ano.

O Pronaf não é a solução do problema da juventude, porém, com certeza é uma ferramenta que tenta auxiliar nesse sentido. O Programa é apenas uma das ações do Ministério, e a partir da renda gerada com o investimento o jovem pode começar sua própria produção.

O Pronaf Jovem é uma iniciativa do Governo Federal para incentivar a permanência do jovem no campo e evitar o êxodo rural, com uma linha de crédito especial para jovens agricultores que fazem parte de uma unidade de agricultura familiar pela Secretaria de Agricultura Familiar.

Programa Segundo Tempo

É um Programa do Ministério do Esporte em parceria com o Ministério da Educação, destinado a possibilitar o acesso à prática desportiva aos alunos matriculados no Ensino Fundamental e Médio, principalmente em áreas de vulnerabilidade social.

Destina-se a atender crianças e adolescentes, desenvolvendo atividades esportivas em um segundo turno escolar, com reforço alimentar e escolar gratuitos.

Foi implantado em meados de 2003 e apresenta bons resultados. O Programa já beneficiou mais de dois milhões de crianças em 800 municípios do país. O Programa foi criado para usar o esporte como ferramenta pedagógica e para evitar que as crianças e jovens das comunidades mais carentes do país, foco do Segundo Tempo, ficassem nas ruas em seu tempo livre.

Este Programa tem como finalidades: propiciar contato com a prática esportiva; desenvolver capacidades e habilidades motoras; qualificar os recursos humanos profissionais envolvidos; contribuir para a diminuição da exposição a situações de risco social, atuando em conjunto com outras áreas do Governo Federal e implementar indicadores de acompanhamento e avaliação do esporte educacional no país.

Considerações finais

Percebemos que o Governo Lula teve um novo olhar para as políticas da juventude e norteou alguns desafios, como a ampliação do acesso ao ensino, a permanência em escolas de qualidade, a preparação para o mundo do trabalho, geração de trabalho e renda e a democratização do acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação. As ações ainda incluem a ampliação de investimento em políticas universais, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o que beneficia os jovens, e o acesso ao ensino superior pelo ProUni, entre tantos outros.

Mas em um país desigual como o Brasil, que sequer chegou a fazer experiência de um estado de bem-estar social, isso é insuficiente. Por isso, na perspectiva de edificar uma sociedade democrática, é preciso agregar às políticas públicas a dimensão da inclusão.

Ao mesmo tempo em que o Brasil tem orgulho de ser campeão do futebol, tem uma tristeza muito grande de ser um dos campeões da desigualdade social. Como diz Frei Betto, não somos campeões mundiais de futebol, mas sim campeões mundiais de desigualdade social (2001, p.39). Neste terreno conflituoso há a possibilidade da criação de políticas que se oponham às orientações dominantes e redutoras da complexidade dos fenômenos sociais. É necessário avançar para além das normas de segurança pública e de assistência social na prática com as políticas públicas federais destinadas aos jovens. Sem descuidar as várias dificuldades de ampliação das quantias orçamentárias para as políticas públicas sociais, reconhecemos que o desafio maior é, entretanto, inscrever as políticas públicas de juventude numa pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista. Essas orientações devem pressupor os jovens como atores centrais dotados de autonomia e como interlocutores ativos na articulação, construção e avaliação das políticas públicas a eles destinadas.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica Política das Políticas de Juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003a.

_____. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadanía y nueva condicion juvenil. In: SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, 2003, n. 24, p.24-39, 2003b.

BETTO, Frei. A prática de novos valores. In: BETTO, Frei; BOFF, Leonardo; BOGO, Ademar. **Valores de uma prática militante**. 3.ed. São Paulo: Consulta Popular, 2001. p. 35-48.

BRASIL. INEP. Censo Escolar. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 15 nov.2007.

_____. **Ministério da Educação**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>> . Acesso em 14 nov. 2007.

CONSELHO ESTADUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Estatuto da Criança e do Adolescente. Porto Alegre, 1990.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

HADDAD, Fernando. **Plano de Desenvolvimento da Educação =Razões, princípios e programas**. Ministério da Educação, Brasília, 2007.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes.** Campinas, ano XXI, n.55, nov. 2001.

ORTIZ, Laura; SALAMANCA, Fernando. “Cuidadanía juvenil y el diseño y evaluación de políticas”. Santiago, 2000. Mimeografado.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **CNPQ. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, 1998.2v.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Juventude e Escolarização (1980/1998)**. Brasília: MEC/INEP/Comped (Estado do Conhecimento, 7), 2002.

SPÓSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, 2003.

Sites consultados em novembro de 2007

Aprendiz: <http://aprendiz.uol.com.br>

Bolsa - Atleta: www.esporte.gov.br

Cultura: www.cultura.gov.br

Metrópole News - Seu Portal de Informação: www.metronews.com

Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br>

Ministério da Educação - Reforma Universitária: <http://mecsrv04.mec.gov.br>

Ministério da Educação- FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: www.fnde.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Agrário: www.creditofundiario.or.br

Ministério do Trabalho e Emprego: www.mte.gov.br

Partido Socialista Brasileiro – www.psbnacional.org.br

Portal do Governo Brasileiro: www.brasil.gov.br

Projeto Ecommunita Arte e Tecnologia: www.ecommunita.com

Radiobras Agência Brasil: www.agenciabrasil.gov.br

SECOM - Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília: www.secom.unb.br

SPPC - Secretaria de Programas e Projetos Culturais – Minc – Governo Federal: www.cultura.gov.br